RESOLUÇÃO (UE) 2023/1851 DO PARLAMENTO EUROPEU

de 10 de maio de 2023

que contém as observações que constituem parte integrante da decisão sobre a quitação pela execução do orçamento do Centro de Tradução dos Organismos da União Europeia (CdT) para o exercício de 2021

O PARLAMENTO EUROPEU,

— Tendo em conta a sua decisão sobre a quitação pela execução do orçamento do Centro de Tradução dos Organismos da União Europeia para o exercício de 2021,

— Tendo em conta o artigo 100.º e o anexo V do seu Regimento,

— Tendo em conta o parecer da Comissão da Cultura e da Educação,

— Tendo em conta o relatório da Comissão do Controlo Orçamental (A9-0104/2023),

A. Considerando que, de acordo com o seu mapa de receitas e despesas ([1]), o orçamento definitivo do Centro de Tradução dos Organismos da União Europeia (o «Centro») para o exercício de 2021 foi de 53 031 743 EUR, o que representa um aumento de 13,30 % em relação a 2020; considerando que 89,88 % do orçamento do Centro provém de contribuições diretas das instituições, de outras agências e de outros organismos;

B. Considerando que o Tribunal de Contas («Tribunal»), no seu Relatório sobre as contas anuais do Centro para o exercício de 2021 («relatório do Tribunal»), afirma ter obtido garantias razoáveis de que as contas anuais do Centro são fiáveis e as operações subjacentes são legais e regulares;

Gestão orçamental e financeira

1. Observa com preocupação que os esforços de supervisão orçamental envidados durante o exercício de 2021 resultaram numa taxa de execução orçamental de 83,54 % das dotações de autorização desse exercício, o que representa um decréscimo de 6,45 % relativamente a 2020; sublinha que a taxa de execução das dotações de pagamento desse exercício foi de 76,51 %, o que representa um decréscimo de 6,86 % face a 2020;

2. Verifica que, em 2021, devido a acontecimentos excecionais, o Centro não aplicou o mecanismo de reembolso automático do excedente orçamental (1,1 milhões de EUR) aos clientes; observa que esse montante transitou para 2022;

Desempenho

3. Regista a tónica colocada pelo Centro nos resultados diretos associados às suas atividades; constata os indicadores-chave de desempenho (ICD) financeiros que fornecem uma boa indicação do desempenho operacional do Centro; reconhece que os ICD estratégicos proporcionam uma perspetiva multidirecional sobre o desempenho do Centro, para além dos resultados; incentiva o Centro a continuar a acompanhar o seu desempenho a ambos os níveis, ou seja, os resultados diretos das atividades e o desempenho estratégico; observa que, a partir de 2021, foram comunicados vários ICD relacionados com a segurança informática e que o Centro continua a aperfeiçoar a forma como a segurança dos seus sistemas de informação é avaliada;

4. Observa que, com 367 264 páginas, o número de páginas de documentos traduzidos, alterados, editados e revistos aumentou 9,7 % em comparação com 2020 (322 443 páginas); observa que, em 2021, com 274 706 páginas, o número de páginas traduzidas relativas às marcas da UE registou um novo decréscimo de 8,5 % em comparação com 2020 (300 348 páginas); observa que, no que diz respeito às marcas da UE, o número de páginas traduzidas regista uma tendência descendente significativa; observa que, com um total de 641 970 páginas traduzidas em 2021, o volume real permaneceu relativamente estável em comparação com 2020 (635 269 páginas);

([1]) JO C 141 de 29.3.2022, p. 57.

5. Regista os esforços do Centro para sensibilizar para a importância do multilinguismo em relação às atividades das agências e para promover a comunicação multilingue, a fim de ir ao encontro dos cidadãos da União, e encoraja o Centro a ser ainda mais ativo neste sentido; aguarda com expectativa os primeiros resultados do projeto-piloto lançado em 2021 que visa analisar as atuais práticas multilingues das agências com vista à constituição de um «conjunto de instrumentos para o multilinguismo» e à criação de orientações comuns para as políticas linguísticas das agências; insta todas as instituições e organismos da União a darem igual prioridade a todas as línguas da União;

6. Observa que, no contexto dos problemas recorrentes com a qualidade das traduções feitas por prestadores externos de serviços linguísticos, o Centro criou um sistema para avaliar a qualidade das traduções externalizadas e melhorar as traduções que revelam insuficiências; congratula-se com o facto de o Centro ter desenvolvido orientações específicas sobre as suas expectativas de qualidade, ter fornecido tutoriais aos prestadores externos para resolver problemas recorrentes e ter tomado medidas rigorosas contra vários contratantes cujos documentos foram considerados repetidamente insatisfatórios, conduzindo, em alguns casos, à rescisão dos contratos-quadro;

7. Regista com satisfação que, a fim de obter ganhos de eficiência, a estratégia do Centro inclui uma revisão completa do seu modo de trabalho, a modernização de alguns dos seus instrumentos estratégicos, a aplicação de medidas de eficiência em termos de custos no seu modelo empresarial, informações mais precisas sobre os custos reais dos produtos do Centro e a melhoria contínua da sua ferramenta de gestão do fluxo de trabalho (eCdT); insta o Centro a prosseguir o desenvolvimento das suas sinergias e a reforçar a cooperação e o intercâmbio de boas práticas com outras agências da União, a fim de melhorar a eficiência em domínios como, por exemplo, os recursos humanos, a gestão de edifícios, os serviços informáticos e a segurança;

8. Saúda a colaboração ativa do Centro com outras agências da União; felicita a Comissão pela ênfase colocada na garantia de que, nos termos dos atos constitutivos das agências e organismos da União, o Centro deve prestar os serviços de tradução necessários ao funcionamento dessas agências e organismos da União, que fazem pleno uso dos serviços linguísticos do Centro;

9. Felicita o Centro pelos novos serviços prestados em 2021, por exemplo, o serviço de pós-edição ligeira, o serviço Paste'n'Go que permite uma tradução mais rápida de textos curtos e os motores de tradução automática adaptados em vários domínios; regista o lançamento de seis novas versões da base de dados terminológica interinstitucional IATE e dos projetos-piloto com o Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência, o Tribunal e a Direção-Geral da Tradução da Comissão; regista, além disso, a frutuosa colaboração do Centro com a Procuradoria Europeia em vários projetos;

10. Congratula-se com a introdução, em 2021, com base na execução do Plano de Transformação do Centro para 2019-2020, de uma abordagem à qualidade mais orientada para os clientes, que permite a estes escolher entre uma gama de serviços de tradução, desde traduções exaustivamente revistas até um serviço totalmente automatizado, proporcionando assim novas oportunidades para os clientes otimizarem os seus orçamentos de tradução; observa que o inquérito de satisfação dos clientes de 2021 mostrou a satisfação global dos clientes com a gama e a qualidade dos serviços oferecidos pelo Centro;

Política de pessoal

11. Verifica que, em 31 de dezembro de 2021, o quadro do pessoal estava preenchido a 95,33 %, com 47 funcionários e 137 agentes temporários nomeados dos 51 funcionários e 142 agentes temporários autorizados pelo orçamento da União (193 lugares autorizados, o mesmo número que em 2019); observa que, além disso, 24 agentes contratuais trabalharam para o Centro em 2021 (28 lugares autorizados);

12. Constata a repartição por género comunicada pelo Centro relativamente a 2021, em que uma mulher ocupa um cargo de direção, o conselho de administração é composto por 32 homens (62 %) e 24 mulheres (38 %) e o pessoal, no total, é constituído por 82 homens (39 %) e 126 mulheres (61 %); observa que existe uma sub-representação de homens no conjunto do pessoal do Centro; solicita ao Centro que envide esforços no sentido de assegurar o equilíbrio de género a nível do pessoal e do conselho de administração; salienta a importância do equilíbrio geográfico e de todos os Estados-Membros estarem proporcionalmente representados, a fim de haver uma representação adequada de nacionais de todos os Estados-Membros;

13. Lamenta profundamente o elevado número de membros do conselho de administração, que não facilita a tomada de decisões e uma gestão simplificada;

14. Observa que o Centro tem em vigor uma política que inclui um procedimento formal e informal relativo ao assédio psicológico e sexual, dispondo de conselheiros confidenciais nomeados que estão encarregados do procedimento informal; congratula-se com o facto de o Centro ter aderido, em 2021, ao Grupo de Trabalho da Rede de Agências da UE sobre a utilização de conselheiros confidenciais; observa que, de acordo com a resposta do Centro, não foram comunicados casos de assédio em 2021;

15. Observa que o Centro elaborou uma política de recursos humanos em matéria de equilíbrio entre a vida profissional e pessoal, progressão na carreira, teletrabalho e integração de pessoas com deficiência e teve uma taxa de rotatividade de 2,72 % em 2021;

Contratos públicos

16. Regista com preocupação a observação do Tribunal relativa às insuficiências nos procedimentos de adjudicação de contratos públicos do Centro em 2021, segundo a qual foram assinados contratos através de um procedimento por negociação sem publicação prévia de um anúncio de concurso; regista a conclusão do Tribunal de que esses contratos, relativamente aos quais foram efetuados pagamentos no valor de 108 200 EUR, são irregulares; insta o Centro a informar a autoridade de quitação sobre as medidas adotadas para, no futuro, evitar este tipo de irregularidades;

17. Congratula-se com o facto de o Centro ter adotado integralmente os procedimentos de contratação pública eletrónica em 2021; recorda a importância de todos os procedimentos de contratação pública garantirem a concorrência leal entre os proponentes e adquirirem bens e serviços ao melhor preço, respeitando os princípios da transparência, da proporcionalidade, da igualdade de tratamento e da não discriminação; solicita a aplicação das ferramentas informáticas de contratação pública eletrónica desenvolvidas pela Comissão; preconiza a atualização das clarificações relativas aos procedimentos e modelos constantes das orientações relativas aos contratos públicos; regista, com preocupação, a observação do Tribunal de que as falhas no âmbito da adjudicação de contratos estão a aumentar e continuam a ser a maior fonte de pagamentos irregulares na maioria das agências;

Prevenção e gestão de conflitos de interesses e transparência

18. Observa que, de acordo com o seguimento dado pelo Centro à quitação de 2020, o seu sítio Web migrou para o Drupal, onde foi acrescentado um campo para o CV de cada membro do conselho de administração; regista a resposta do Centro segundo a qual, devido à dimensão do conselho de administração, procura uma solução que permita aos membros do conselho de administração carregarem e atualizarem, eles próprios, a respetiva declaração de interesses e o CV; solicita ao Centro que informe a autoridade de quitação sobre os progressos realizados nesta matéria até que os CV de todos os membros do conselho de administração tenham sido publicados;

19. Congratula-se com o facto de o Centro solicitar a todos os membros do pessoal que participam na avaliação dos candidatos a um processo de seleção ou numa avaliação de contratos que assinem uma declaração sobre conflitos de interesses; observa que a declaração de interesses da diretora é publicada no sítio Web do Centro; constata ainda que, em 2021, não foi comunicado nem aberto nenhum processo relativo a conflitos de interesses ou denúncias de irregularidades;

20. Congratula-se com as novas decisões tomadas em 25 de junho de 2022 relativas à prevenção e gestão de conflitos de interesses no que diz respeito aos membros do pessoal; incentiva o Centro a elaborar o seu próprio código de conduta; insiste na necessidade de pôr em prática regras mais sistemáticas em matéria de transparência, incompatibilidades, conflitos de interesses, atividades ilegais de lóbi e «portas giratórias»; exorta o Centro a reforçar os respetivos mecanismos de controlo interno, inclusivamente criando um mecanismo interno de luta contra a corrupção;

Controlo interno

21. Regista a avaliação do sistema de controlo interno do Centro e o facto de a gestão do Centro considerar que os exames de acompanhamento não revelaram casos de controlos inadequados ou ineficazes, suscetíveis de expor o Centro a riscos importantes, e congratula-se com o facto de os exames terem sido realizados com base nos 17 princípios relativos às cinco componentes do quadro de controlo interno do Centro; congratula-se com a conclusão do Centro segundo a qual os seus sistemas de controlo são, de um modo geral, plenamente eficazes, sendo necessárias algumas melhorias para aumentar ainda mais a resiliência do Centro;

22. Regista que o Centro comunicou que, em 2021, todas as ações remanescentes do plano de ação antifraude 2019-2020 tinham sido levadas a cabo e que tinha atualizado os seus processos relativos à deteção e participação de fraudes;

23. Regista com preocupação as insuficiências nos controlos internos do Centro no que diz respeito a vários procedimentos de adjudicação de contratos públicos, tal como comunicado pelo Tribunal, segundo o qual, num caso, os membros da comissão de avaliação não tinham assinado as declarações de inexistência de conflito de interesses, enquanto noutro caso o Centro não tinha tomado uma decisão formal de não nomear uma comissão de avaliação, não tinha elaborado um relatório de avaliação ou uma decisão de adjudicação e não tinha publicado um anúncio de adjudicação; insta o Centro a criar um plano de ação para atenuar os riscos de recorrência de tais deficiências; solicita ao Centro que informe a autoridade de quitação sobre os progressos realizados nesta matéria;

Digitalização e transição ecológica

24. Observa que o Centro dispõe de uma política de segurança dos sistemas de informação (ISSP), que tem várias normas de segurança em vigor e está a trabalhar em estreita colaboração com a CERT-UE (equipa de resposta a emergências informáticas das instituições, órgãos e organismos da União) em prol do reforço da sua cibersegurança; solicita que o Centro prepare a atualização da sua ISSP à luz dos dois futuros regulamentos do Parlamento Europeu e do Conselho em matéria de cibersegurança e segurança da informação nas instituições, órgãos e organismos da União; incentiva igualmente o Centro a oferecer sistematicamente a todo o seu pessoal, incluindo aos membros da administração, programas de formação atualizados sobre cibersegurança, uma vez que se trata de um elemento fundamental num quadro de cibersegurança eficaz;

25. Felicita o Centro pelas medidas complementares tomadas em 2021 no sentido da flexibilização, otimização e digitalização dos seus métodos de trabalho e serviços; destaca, em particular, a introdução das ferramentas da Comissão, nomeadamente o ABAC, o SYSPER, o MIPS e o ARES, bem como o Systal (um novo *software* informático de seleção e recrutamento eletrónico) e o SARA (um sistema de acompanhamento do tempo despendido pelo pessoal em diferentes atividades); congratula-se com a decisão do Centro de utilizar o sistema de assinatura eletrónica qualificada da Comissão;

26. Observa que, em 2021, o Centro reduziu o seu espaço de escritórios em 33 % após a assinatura de um novo contrato de arrendamento, o que deverá conduzir a uma redução do consumo de eletricidade do Centro e da quantidade de energia utilizada para aquecimento; louva a utilização, pelo Centro, de unidades de luz economizadoras de energia e sensores de movimento, bem como a aquisição de eletricidade a partir de fontes ecológicas;

Continuidade das atividades durante a crise da COVID-19

27. Observa que, em 2021, foi elaborada uma nova política de continuidade das atividades e que continuaram a ser realizadas auditorias de qualidade para assegurar a conformidade e a eficiência dos processos e procedimentos do Centro; lamenta que a escassez de dispositivos eletrónicos a nível mundial tenha provocado um abrandamento de alguns dos projetos informáticos e de infraestruturas do Centro;

28. Constata a informação do Centro de que a utilização alargada do teletrabalho, desde o início da pandemia de COVID-19, tem funcionado bem e, juntamente com a otimização e digitalização dos processos do Centro, gerou um aumento do desempenho e da eficiência e uma melhor afetação de recursos; observa, no entanto, que as limitações impostas ao pessoal no respeitante à presença nos escritórios atrasaram a execução de alguns dos projetos do Centro;

Outras observações

29. Reconhece os esforços envidados pelo Centro em 2021 para aumentar a sua visibilidade pública; regista que o Centro melhorou os indicadores relativos às redes sociais; felicita o Centro por ter organizado um seminário de alto nível sobre o multilinguismo, pela sua participação ativa na conferência da Comissão sobre o tema «Redigir em Linguagem Clara» e pelas suas atividades de sensibilização que envolvem intercâmbios de boas práticas com as universidades e a comunidade da tradução a nível mundial;

30. Solicita ao Centro que intensifique os seus esforços no sentido de comunicar informações pertinentes sobre o desempenho aos cidadãos da União e ao público em geral em linguagem clara e acessível; exorta o Centro a garantir maior transparência e responsabilização pública mediante a utilização dos meios de comunicação social e das redes sociais;

31. Remete, em relação a outras observações, de natureza horizontal, que acompanham a sua decisão sobre a quitação, para a sua resolução, de 10 de maio de 2023 ([2]), sobre o desempenho, a gestão financeira e o controlo das agências.

([2]) Textos Aprovados, P9_TA(2023)0190.